

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA-UNOESC
PÓS-GRADUAÇÃO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES E GARANTIA DE DIREITOS

O PERFIL DO ALUNO INGRESSANTE NO ENSINO SUPERIOR SOB A ÓTICA
PSICOPEDAGÓGICA

Maria Inêz Frozza Borges dos Santos.
Mariainez.santos@gmail.com
Orientadora: Profa. Me. Janes Terezinha Cerezer Kohnlein
JanesKohnlein@unoesc.edu.br

RESUMO

Atendendo as demandas, teórico práticas, do curso de especialização em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares e Garantia de Direitos o artigo traz uma reflexão sobre o perfil do aluno ingressante no Ensino Superior sob o olhar psicopedagógico. A construção dos referenciais deu-se a partir de alguns dados de uma amostragem coletados em uma universidade da região. Tais dados revelaram indicativos socioeconômicos e psicopedagógicos de como o estudante tem chegado ao Ensino Superior confirmando que há um estudante diferenciado. A fundamentação se dá pelas obras consultadas e pela reflexão embasada em pesquisa documental a qual revela os fatores que diferenciam o ingressante atual daquele de anos anteriores. Entre os itens diferenciais estão o de que todos possuem acesso à tecnologia, a maioria é do sexo feminino, são solteiros, não tem filhos, estão na faixa etária entre 18 a 25 anos de idade e que a escolha do curso se deu por realização pessoal. Nesse contexto a análise psicopedagógica é enriquecida por englobar as reflexões sociais, econômicas, educativas e psicoafetivas e, mesmo que de forma regular, se torna necessária diante do universo de informações e intervenções presentes no meio acadêmico.

Palavras-chave: Perfil do ingressante. Análise. Olhar psicopedagógico.

Introdução

O Ensino Superior é composto pelos cursos de graduação, também identificados como bacharelados e licenciaturas e conferem formação em diversas áreas do conhecimento. As modalidades são de ensino presencial, semipresencial ou à distância e os acessam os candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente após serem classificados em processos seletivos. O Censo da Educação Superior disponível é o de 2014 com dados que apontam um aumento de 6,8% no número de matrículas em cursos superiores no País, que cresceram de 7,3 milhões, em 2013, para 7,8 milhões, em 2014. Pelas estatísticas do Censo, parte dessa expansão

se dá pelo aumento do número de matrículas na Rede Federal de Educação Superior, que cresceu 3,7% em relação ao ano anterior, com 1.180.068 matrículas. Além disso, 3.110.848 estudantes ingressaram em cursos de graduação em 2014, 82,3% em instituições privadas (2.562.306). Os demais 548.542 ingressaram em instituições públicas, de acordo com o divulgado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (INEP, 2014).

No contexto social atual observa-se um crescimento de adesão ao Ensino Superior sendo coerente reconhecer que ao entrar para a Universidade o jovem traz consigo a bagagem social, cultural, comunitária, religiosa, étnica entre outras. A isso se soma a expectativa sobre o que irão encontrar visto que é um ambiente novo e diferenciado daquele ao qual estava acostumado enquanto frequentava o ensino médio. Porém, não se pode descartar que este é o século da inovação, da tecnologia emergente, das comunicações em tempo real e de praticamente nenhum diálogo presencial. Ou seja, da sociedade de relações rápidas que se formam e se dissolvem como coisas descartáveis. Um tempo em que as pessoas não conseguem traduzir seus desejos em um projeto de longa duração ou para alcançar algum objetivo e desse modo, não há condições básicas para a sustentação dos sonhos. E, é nesse contexto de vidas, perfis e expectativas socioculturais diversas que se encontram o educador e o estudante. No entanto, o sistema educativo precisa zelar pela integração do conhecimento possibilitando que os professores detenham estratégias de ensino para a diversidade, além de estarem antenados aos recursos, potencialidades e estratégias cognitivas presentes em sala de aula. Para tanto, saber qual é o perfil dos estudantes ingressantes no Ensino Superior é imprescindível para que a mediação do conhecimento aconteça, qualificando ainda mais o processo de ensino e aprendizagem com a valiosa colaboração da Psicopedagogia.

Conceito de psicopedagogia

A psicopedagogia é uma área de estudos responsável por refletir acerca das dificuldades encontradas no campo da aprendizagem humana, aprofundando o estudo do processo de adaptação formulado por Jean Piaget. O olhar psicopedagógico, de acordo com Benzoni (2007), busca responder aos questionamentos de como e por que este indivíduo não aprende? Por que não consegue utilizar em plenitude as suas potencialidades? O que o impede de se desenvolver?. A Psicopedagogia é a área do conhecimento que estuda como as pessoas constroem o conhecimento

e busca na psicologia, psicanálise, psicolinguística, neurologia, psicomotricidade, fonoaudiologia, psiquiatria, entre outros, o conhecimento necessário para aprender como se dá o processo de aprendizagem nos indivíduos. (ABPp, 2015).

Na introdução do livro *A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*, Bossa (2007) diz que a Psicopedagogia é uma área que recorre a conhecimentos das diversas outras que estudam o fenômeno humano na compreensão do processo de aprendizagem. Para a autora, o psicopedagogo além de repensar o fazer pedagógico da escola deve ter um olhar atento para entender o aluno em suas características multidisciplinares, como um ser que tem autonomia no processo de construção de seu conhecimento, mas também envolvido na teia das relações sociais, influenciado por condições orgânicas e culturais. (BOSSA, 2007).

A autora reforça que em uma escola ou universidade na qual há o trabalho do psicopedagogo é dele a responsabilidade de perceber o que ocorre no processo de aprendizagem sendo participativo na comunidade educativa promovendo a integração do grupo, ofertando orientações metodológicas, valorando as características e particularidades de cada envolvido. No que se refere ao caráter assistencial, além de fazer parte de equipes que elaboram planos e projetos para o contexto teórico prático das políticas educacionais, ele deverá direcionar professores, diretores e coordenadores a repensarem o papel da escola frente a sua docência e às necessidades individuais de aprendizagem.

O ensino e a aprendizagem

De acordo com a teoria de Piaget (1990), o pensamento é a base em que se assenta a aprendizagem, é a maneira de a inteligência manifestar-se. Um fenômeno biológico condicionado pela base neurônica do cérebro e do corpo inteiro, sujeito ao processo de maturação do organismo. Desenvolve-se uma estrutura e um funcionamento, e esse vai modificando a estrutura, pois essa não é fixa e acabada.

Para Fernandez (2001) a aprendizagem é um processo no qual interatuam a elaboração objetivante e a subjetivante numa construção pessoal envolvendo organismo, corpo, inteligência e desejo, ou seja, apropriar-se do objeto pela ordenação, classificação e reconhecimento.

A mesma autora afirma que para ocorrer à aprendizagem o aprendente deve conectar-se mais com seu sujeito ensinante do que com seu sujeito aprendente e vice-versa, aquele que ensina conectar-se mais com seu sujeito aprendente do que com seu sujeito ensinante. Ou seja, é preciso

permitir que o aluno que está aprendendo possa mostrar o que já sabe: a ideia, as opiniões, as hipóteses que tem a respeito do que lhe é ensinado. Por outro lado, aquele que ensina deve reconhecer que o outro, ao mostrar-lhe o que sabe o ensina, conhece sobre o assunto.

Então, a partir da interpretação dos "ensinantes" sobre as ações dos "aprendentes" é que poderão ir-se constituindo como sujeitos autores. No entanto essa construção do sujeito-autor começa no início da vida do bebê. "Desde o início de sua existência, o bebê já está constituindo o sujeito aprendente sempre em relação com a modalidade de ensino e de aprendizagem de seus pais". (FERNÁNDEZ, p. 56, 2001).

É importante ressaltar que o estímulo favorece a aprendizagem e proporciona momentos de crescimento e construção. Considerando os fatores de ordem interna, há de se levar em conta a bagagem que cada sujeito traz e oferece, como portador de histórias vindas do seu contexto, com suas peculiaridades e os vínculos estabelecidos consigo mesmo e com o mundo que o cerca, através de critérios de valor historicamente marcados. Esses fatores interferem no ato de aprender desde que o sujeito nasce, estendendo-se de forma crescente, progressiva e cumulativa, integrados ao desejo e ao prazer de aprender.

O caráter dinâmico da aprendizagem, do ato de aprender, a existência integrada e integradora entre os fatores internos e externos estão cada vez mais presentes e sobre o prazer de aprender de uma forma bem simples Paín (1999) explica que é necessário devolver à criança o prazer de aprender de resolver um problema e poder ganhar do problema. Esse é o desafio, a força com a qual a criança toma o desafio e luta para solucionar o problema. (PAÍN, 1999).

Nesta panorâmica, o ato de aprender é complexo e exige um estudo que vai além da cognição, seguindo para o afetivo/emocional, no social e no cultural demonstrando uma diversidade e a característica única de cada sujeito. Ou seja, uma obra em continuidade que se solidifica ao passo que vai se ajustando. Com esse olhar é possível afirmar que são estruturas que se constroem pouco a pouco ligadas em cadeia dando suporte a estruturas posteriores e, assim, favorecem o ato de aprender.

Já para Vygotsky (1998) a linguagem é um sistema simbólico dos humanos e, conseqüentemente é representada qualitativamente como uma evolução da espécie, pois é por meio dela que se formam os conceitos, as formas de organização e a mediação entre o sujeito e o objeto. Nesse sentido ressalta-se a abordagem da psicologia do autor baseada em três ideias centrais ou pilares do pensamento: as funções psicológicas - com uma base biológica visto que

envolvem a atividade cerebral; o processo histórico de desenvolvimento - fundamentado nas relações sociais entre o indivíduo e o mundo exterior; os sistemas simbólicos - mediadores da relação do homem com o mundo.

Nas colocações do autor até mesmo um gênio é consequência de seu tempo e do ambiente no qual convive. A criatividade surge pelas necessidades já criadas, mas embasadas nas possibilidades existentes. Vygotsky (1998) destaca a observação contínua no desenvolvimento histórico da tecnologia e da ciência, pois antes de surgirem às invenções ou descobertas científicas são criadas condições materiais e psicológicas elementares para tal surgimento. Um destes processos historicamente contínuos é a criatividade que em cada passo dado é determinada pelo passo precedente.

Também nesse contexto lembra-se que o desenvolvimento do indivíduo resulta de um processo sócio-histórico, tendo o papel da linguagem e da aprendizagem. A teoria histórico-cultural do autor aponta para a importância das relações humanas e as possibilidades de aprendizagem por meio do processo de mediação simbólica, a aquisição de conhecimentos pela interação do sujeito com o meio.

Nessa perspectiva, elaborar uma prática pedagógica a partir da teoria do mesmo autor, significa ter um compromisso com a educação utilizando-a como instrumento mediador do acesso democrático ao conhecimento e conseqüentemente, como processo capaz de contribuir para o desenvolvimento humano. Sendo assim, a escola e seus educadores devem permitir ao aluno o aprender por si mesmo potencializando o processo de aprendizagem fazendo com que conceitos espontâneos e informais da convivência social evoluam para conceitos científicos, sistemáticos e formais via ensino. (VYGOTSKY, 1998).

Então, a escola que pretende formar indivíduos para o mundo do trabalho deve além de capacitar seus docentes, incentivar o desenvolvimento de habilidades criativas para que seus alunos sejam capazes de se adaptar as questões advindas do progresso social, científico e tecnológico. E, saber como o sujeito aprende é um dos grandes desafios, pois muitos estudos sobre a aprendizagem das crianças já foram organizados, mas quando se trata de jovens ou de adultos, há outros diferenciais e elementos acrescidos na descoberta. Por isso, as instituições do Ensino Superior usam o processo de avaliação Institucional como ferramenta de auxílio na compreensão, embora parcial, do processo de ensino e aprendizagem dos seus alunos.

Os processos de avaliação do ensino superior

Com o objetivo de oferecer à comunidade acadêmica e à sociedade em geral informações detalhadas sobre a situação da educação superior o Inep realiza anualmente a coleta de dados tendo como referência às diretrizes gerais previstas pelo Decreto nº 6.425 de 4 de abril de 2008. O Censo da Educação Superior reúne informações sobre as instituições de ensino superior, seus cursos de graduação presencial ou à distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa. Os dados são coletados a partir do preenchimento dos questionários, por parte das Instituições de Ensino Superior (IES) e por importação de dados do Sistema e-MEC.

No ensino superior, de acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), os processos de avaliação além de terem importância significativa na garantia de qualidade, na formação de pessoal, acadêmica e do mercado de trabalho são uma importante fonte de dados para as instituições conhecerem o perfil dos alunos que recebem. Esse processo avaliativo faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que o implantou para o autoconhecimento das Instituições de Ensino Superior (IES). Todo o sistema é operacionalizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e por meio dos resultados obtidos devem gerar ações que direcionem o crescimento da IES. Assim, o material produzido pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) das universidades tem extrema importância no processo avaliativo da Instituição e na construção de diretrizes administrativas e acadêmicas, um importante subsídio para a elaboração do seu Plano de Desenvolvimento Institucional, além de fornecer os subsídios necessários para a formação do perfil acadêmico dos ingressantes das IES. Com esse embasamento foi feita a pesquisa bibliográfica e documental iniciando com análise dos dados sobre o perfil dos alunos ingressantes coletados por meio dos procedimentos atuais de avaliação, identificando características e tendências. Tal estudo pode ser utilizado como suporte (pré-requisito) para ações da CPA e setores administrativos, pois o processo de avaliação institucional tem seguido orientações do Sinaes instituído pela Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentado pela Portaria Ministerial nº. 2051, de 9 de julho de 2004, como sistema de avaliação das instituições de ensino superior em âmbito federal. Também visando contribuir para ajustes nas disciplinas, abordagens

multidisciplinares e didáticas e no envolvimento dos acadêmicos em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os processos de avaliação do Ensino Superior têm grande importância na garantia de qualidade na formação de pessoal acadêmico e de mercado, na atualidade do ensino diante do cenário de aceleradas mudanças impostas pelo recente processo de globalização. De acordo com o Inep as mudanças econômicas, sociais e de reformas das instituições educacionais em todos os países modernizam os processos de avaliação e de regulação da educação superior, especificamente referente à formação dos acadêmicos e a produção de conhecimentos e técnicas. Dentre os aspectos mais importantes, podem ser citados o aumento do aparato normativo, a ênfase nos resultados ou produtos e o uso de instrumentos que produzam informações objetivas e que permitam a comparação e a ampla divulgação para os públicos interessados.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) e suas atribuições constam no Art. 7º da portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004a lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 que instituiu:

Art. 7º As Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), previstas no Art.11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e constituídas no âmbito de cada instituição de educação superior, terão por atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de restação das informações solicitadas pelo INEP.

§ 1º As CPAs atuarão com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior; § 2º A forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA deverão ser objeto de regulamentação própria, a ser aprovada pelo órgão colegiado máximo de cada instituição de educação superior, observando-se as seguintes diretrizes:

I – necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados;

II – ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades.

A CPA é a responsável pela condução dos processos internos da instituição; pela sistematização, interpretação e avaliação das informações recolhidas, considerando a missão e as finalidades da Instituição estabelecidas no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); e pela prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

O material produzido pelas CPAs tem extrema importância no processo avaliativo da Instituição e na construção de diretrizes administrativas e acadêmicas na elaboração e atualização do seu PDI. Grande quantidade de dados é coletada e utilizada nos processos de tomada de decisão, mas as análises das informações foram quase sempre realizadas dentro de um período de

tempo restrito (um semestre ou um ano, dependendo da avaliação). O estudo dessas informações pode produzir valioso material de consulta para setores, acadêmico e administrativo da Instituição, balizando ações e tomadas de decisões importantes para seu crescimento e constante adequação à realidade educacional nacional, sem perder de vista as particularidades regionais.

Nesse artigo foram utilizados os resultados das avaliações do ‘Perfil do estudante ingressante na universidade’, proposto por uma Comissão Própria da Avaliação (CPA) de uma universidade da região e os dados são referentes ao período do primeiro semestre de 2015. Ao todo o questionário contém 31 questões e dentre essas, 20 questões serão analisadas a fim de obter os resultados a que se destina o presente artigo.

Elementos da pesquisa dos ingressantes de uma Universidade da região

Para construção do perfil do aluno de uma universidade da região e foi considerada a medida de posição que identifica o atributo com maior frequência na distribuição dos aspectos selecionados em um período que compreende o primeiro semestre do ano de 2015 entre os meses de fevereiro e março. Nas variáveis analisadas, a cor, o sexo, idade, estado civil, procedência, formação, grau de instrução do pai e da mãe, atividade funcional, cor, transporte utilizado para chegar à universidade, se estudou em escola pública – tradicional ou não, se fez o Enem, entre outros.

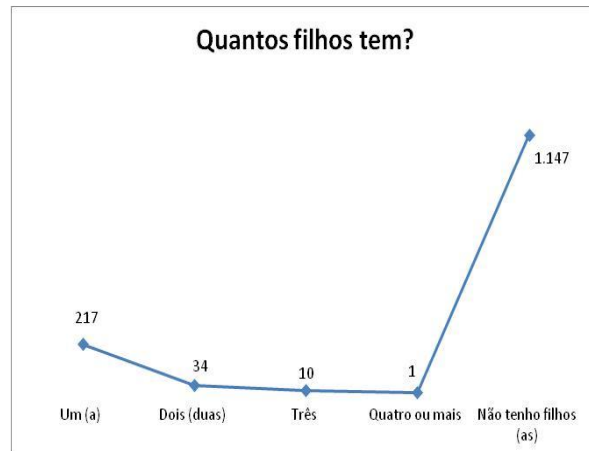
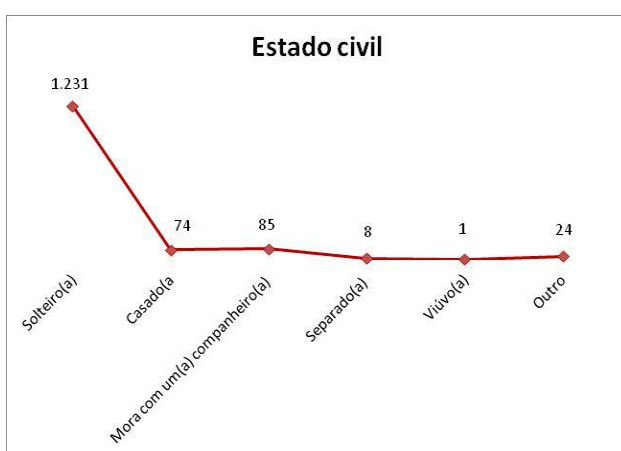
A pesquisa descritiva e exploratória ocorreu pela análise de repostas dadas ao questionário criado pela instituição envolvendo 1.439 dos 4.4451 estudantes matriculados naquele período e que responderam a 31 questões diretas. Para a análise optou-se por 20 questões com os seguintes resultados: 858 estudantes são do sexo feminino e 581 masculinos, a maioria, 59,62% é de mulheres. Os solteiros somam 1.231 estudantes, 85,54% e não tem filhos 1.147, 79,70%. Quanto à cor 1.153 são brancos 80,12%, 1.286 estão na faixa etária entre 18 a 25 anos de idade, 89,36%. 1.206 estudaram sempre em escolas públicas, 83,80% e frequentaram o Ensino Médio, tipo de curso tradicional, 1.177 alunos 81,79%. Fizeram à prova do Enem 1.138 estudantes, 79,08%, 700 recebem auxílio da família, 48,64% e 304 bolsas de estudo, 21,12%. Quanto aos componentes da família, 328 responderam ser de quatro, 22,79% e 290 de três pessoas, 20,15%. Em relação ao trabalho 624 não trabalham, 43,36% e 496 trabalham em tempo integral (40h semanais), 34,46%. Ao todo, 616 são colaboradores de empresas privadas, 42,80%. Sobre o nível de estudos dos

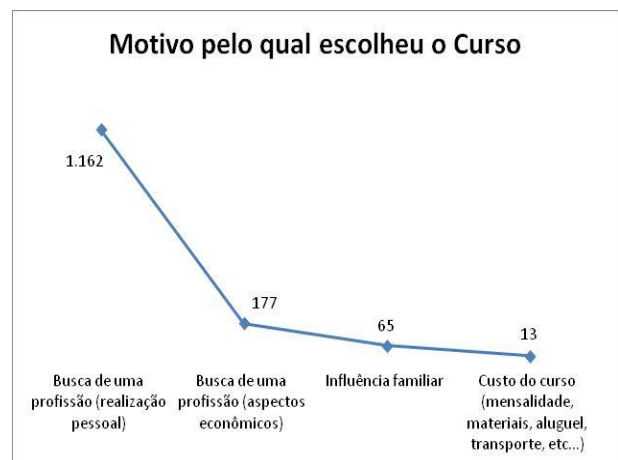
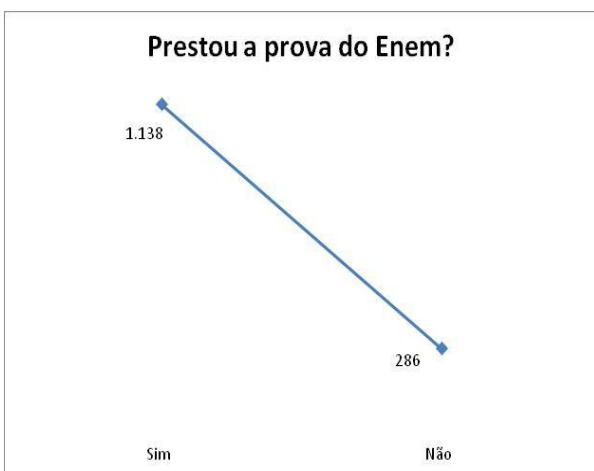
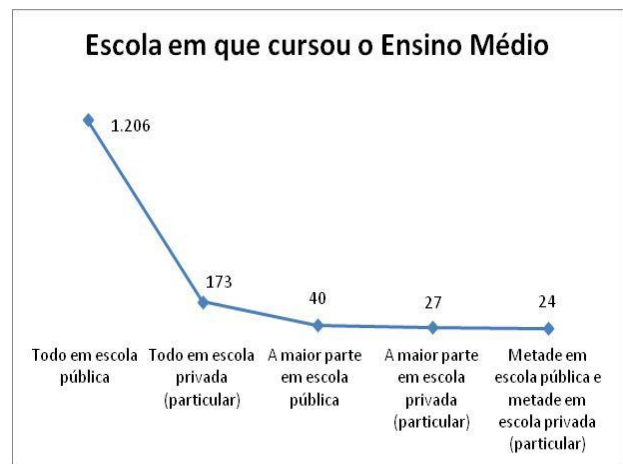
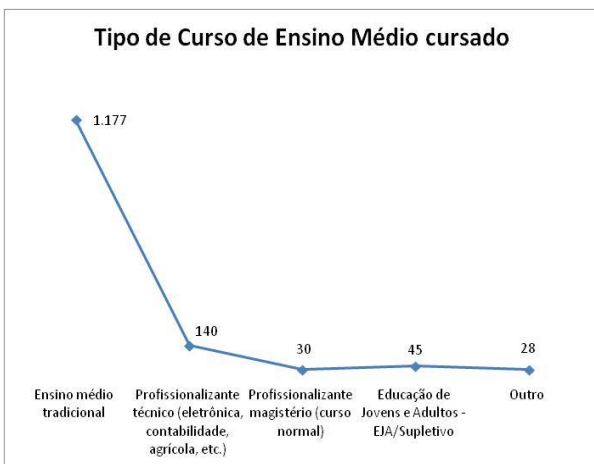
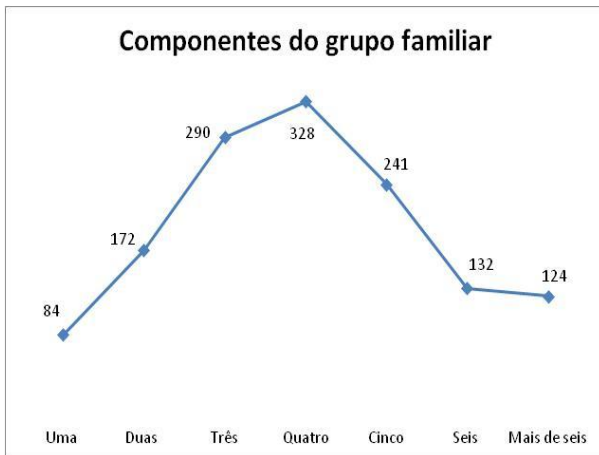
genitores, 513 pais possuem anos iniciais do ensino fundamental, 35,64% e 413 mães tem o ensino médio, 28,70%. Grande parte, 1.161, vive na área urbana, 80,68%. 1.103 moram em casas ou apartamentos, 76,65% e 986 tem casa e automóvel como bens patrimoniais, 68,51%.

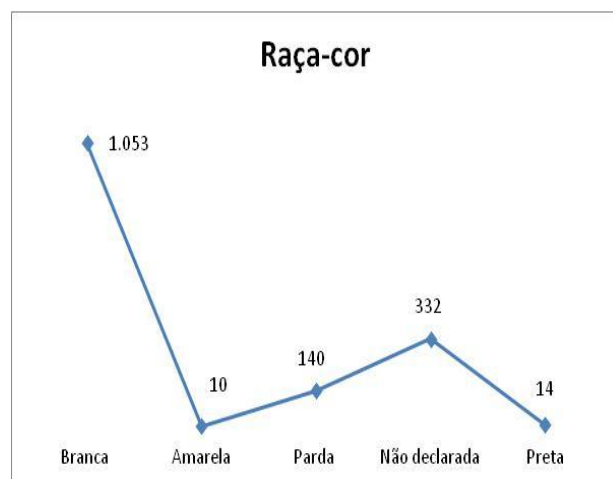
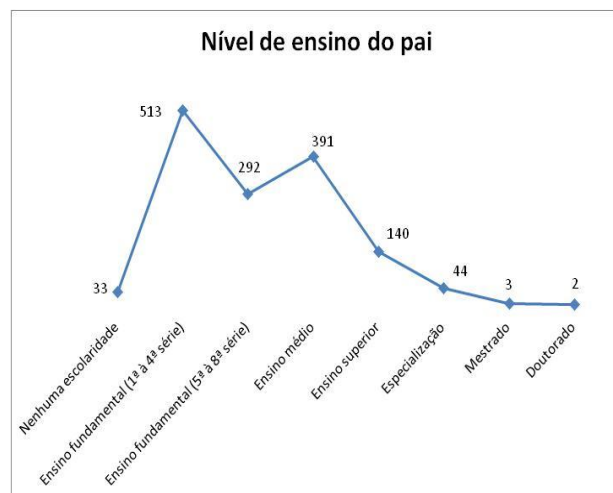
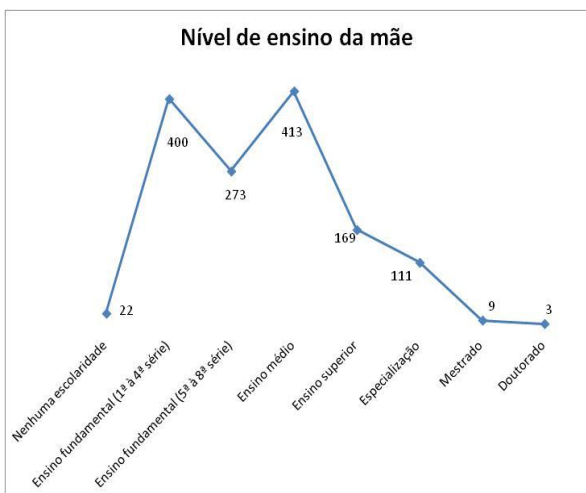
Já o transporte mais utilizado é o coletivo, 307, 21,33% ou ônibus de prefeituras municipais 396, 27,51%. 736 levam de 30 minutos à uma hora para retornar aos seus lares, 51,14%. Quanto aos estudos extraclasse, 418 dispensam até 2h, 29,04%. A escolha do curso por uma realização pessoal e busca de uma profissão somam 1.162, 80,75%.

Buscou-se compreender de forma geral quem é o aluno ingressante pelo percentual de respostas a cada item solicitado e com a análise contou com contribuição da Psicopedagogia.

A seguir alguns gráficos demonstrativos sobre as questões respondidas pelos estudantes ingressantes no Ensino Superior em uma Universidade da região.







O perfil do ingressante no Ensino superior

O perfil do aluno ingressante está mudando em diversos aspectos. O público que ingressa na graduação provém das escolas públicas e são cada vez mais dependentes de financiamentos e bolsas para manterem-se na IES. A maioria das famílias apoia a escolha do estudante registrando que essa ocorre por questões da busca por uma profissão, como realização pessoal e pela qualidade de ensino. Percebe-se também que o ingressante deixa de assistir aos telejornais e aos filmes repassados pela televisão preferindo os programas esportivos, de humor e novelas.

Para essa análise foram pesquisados arquivos, relatórios e indicadores nos sites do MEC, Sinaes e Inep de modo que pudessem ser apresentadas informações a respeito dos processos

avaliativos no Brasil, bem como complementar os dados relacionados ao perfil do estudante de ensino superior.

Pelas respostas, de forma geral, comprova-se que cada vez mais o ingressante busca obter conhecimento sobre o curso desejado via Internet, deixando de observar, ler ou ouvir as mídias impressas, escritas ou faladas. No entanto, a divulgação advinda por meio de outros alunos é ainda um fator relativamente importante. Tais tendências têm consequências importantes, tanto pedagógicas quanto administrativas, para adaptação à nova realidade do público que ingressa ou já frequenta a IES.

Um fator relevante e novo é o de que os estudantes são na maioria pertencentes às classes sociais mais humildes e, por ser do conhecimento público às deficiências do ensino público do país, é preciso que haja atividades de nivelamento do conhecimento como forma de prepará-los para o ingresso no Ensino Superior, evitando a evasão futura. Portanto, cabe as IES manterem-se atualizadas nas questões políticas administrativo-financeiras e didático-pedagógicas para a manutenção desses estudantes, bem como a de saberem utilizar estratégias publicitárias adequadas para a conquista e permanência na universidade.

Quanto ao perfil do estudante brasileiro, por curso, as mulheres são a maioria nas áreas de educação, humanidades e artes, ciências sociais, negócios e direito, saúde e bem estar social e serviços. E, os homens são maioria nos cursos de ciências, matemática e computação, engenharia, produção e construção e agricultura e veterinária. Tal estudo deve ser utilizado como suporte (pré-requisito) para ações da CPA e setores administrativos. (BRASIL, 2014).

Portanto, ao identificar o perfil do estudante que adentra na Educação Superior é possível ter o conhecimento de indícios do que ocorreu com eles na Educação Básica e as possíveis reflexões disso no cotidiano do seu ingresso no curso de graduação. Desta forma, uma mudança permanente de mentalidade para ações mais pontuais e direcionadas se faz necessária nesses novos tempos e paradigmas educacionais tendo em vista que destacam a importância da ambiência digital e da experiência.

A situação atual exige aceleração dos processos de inovação nas universidades que no momento devem focar-se num processo de aprendizado que viabilize a descoberta do mundo. Esse é o novo cenário com perspectivas inovadoras como a 'internet das coisas' e a mentoria e isso tudo é fundamental na formação dos ingressantes.

Considerações Finais

Pelos dados analisados pode-se afirmar que há um estudante diferenciado ingressando no Ensino Superior. Isso é fundamentado por vários fatores, descritos no questionário do ingressante, como o fato de a maioria ter acesso à tecnologia, 89,36% ter a idade entre 18 a 25 anos ao iniciar a graduação, 85,54% são solteiros, 79,70% não tem filhos. Por ainda não trabalhar, 43,36% é amparada financeiramente pela família e 80,75% afirma que a busca de realização pessoal motivou na escolha do curso. Com essas informações, pelo olhar psicopedagógico, é preciso (re) pensar o ensino e aprendizagem para o perfil apresentado que revela um estudante mais específico e que demanda mais atenção e preparo dos docentes como forma de melhorar o aprendizado e mantê-los focados nos estudos. Isso tudo tendo em vista que em tempos de pós-modernidade a tecnologia facilitada e disponível para todos oferece subterfúgios que os atraem mais facilmente do que a sala de aula e as formas tradicionais de ensino. Assim, fica surge a necessidade de as IES promoverem ações que possibilitem aos docentes o preparo didático-pedagógico e, principalmente tecnológico, para atender a demanda de conhecimento dos ingressantes que são mais questionadores e informados e assim obter melhores resultados no que se refere ao ensino e aprendizagem. Atualmente o cenário que se apresenta é o de um momento ímpar para os gestores das universidades, um tempo que exige uma reflexão mais aprofundada sobre os caminhos que a Universidade seguirá nos próximos anos. Isso também é reflexo das exigências das comissões que o ministério da Educação e Cultura (MEC) envia às Universidades com o objetivo de renovarem o reconhecimento dos cursos de graduação. E, isso pede ações mais pontuais envolvendo a atuação conjunta de todos a fim de conseguir manter o 'status' já conquistado e alcançar novas metas.

Lembrando Fernández (2001) quando diz que para exercer a função de docente é preciso abrir um espaço para aprender. Esse espaço deve ser objetivo e subjetivo simultaneamente, para que aconteça a construção de conhecimentos e de si mesmo, como sujeito criativo e pensante. E, entre as diversas possibilidades de análise, proporcionadas pelos dados obtidos na pesquisa de conhecimento do perfil do ingressante, estão aquelas que permitem aos educadores o acesso aos itens modificadores do currículo e dos planejamentos de aulas. Com isso, há condições de buscar opções diversificadas e motivadoras para ministrar os conteúdos curriculares colaborando para suprir possíveis deficiências advindas ainda no Ensino Médio por meio do aperfeiçoamento de

suas qualificações profissionais visando também atender às novas exigências do mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

ABPp. Psicopedagogia. Disponível em: <<http://www.abpp.com.br>>. Acesso em agosto de 2015.

BOSSA, Nádía A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 3, ed – Porto Alegre: Artmed, 2007. 160 p.

BENZONI: G.A. Selma. **Reflexões sobre diagnóstico psicopedagógico**. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Fórum Nacional de Educação. **Educação brasileira: Indicadores e desafios**. Documento de consulta. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/educacao_brasileira_indicadores_e_desafios.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2014

BRASIL. **Lei nº 10.861** de 14 de abril de 2004, Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. DOU Nº 72, 15/4/2004, SEÇÃO 1, P. 3-4.

BRASIL. **Portaria nº 2.051**, de 9 de julho de 2004, Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES),

FERNÁNDEZ, Alicia. ***Os Idiomas do Aprendente: Análise de modalidades ensinantes em famílias, escolas e meios de comunicação***. Porto Alegre: Artmed, 2001.

INEP. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em : maio de 2014

PAÍN, Sara. **Função da Ignorância**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1999.

PIAGET, Jean. **Epistemologia Genética**. Martins Fontes São Paulo, 1990.

VYGOTSKY, Leontiev, Luria. - **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. SP, Icone, 1988.